



Verónica Macamo defende nova abordagem na luta contra casamentos prematuros

DEFENDE PRESIDENTE DO PARLAMENTO Casamentos prematuros não se combatem só com leis

A PRESIDENTE da Assembleia da República, Verónica Macamo Dlhovo, defende que a eliminação dos casamentos prematuros no país, para além de instrumentos legais, passa por rever estratégias da sua abordagem.

Segundo afirmou, o Governo deve continuar a desenvolver acções múltiplas, com o envolvimento dos líderes comunitários e religiosos, a comunicação social e demais actores da sociedade civil nas actividades de combate aos casamentos prematuros.

Falando recentemente em Maputo, na abertura da conferência internacional sobre os casamentos prematuros, a Presidente da Assembleia da República defendeu a necessidade de se melhorar a legislação, introduzindo dispositivos sancionatórios que desincentivem a prática deste fenómeno.

A promoção cada vez mais do envolvimento dos jovens como actores activos no combate aos casamentos prematuros e o contínuo melhoramento da plataforma de diálogo aos níveis nacional, provincial e distrital, através do

aprimoramento dos mecanismos de articulação entre os vários actores e da aplicação de critérios uniformes de acção, são outros aspectos arrolados pela presidente da Assembleia da República.

Salientou que o Parlamento vai prosseguir com a sua responsabilidade constitucional de defender e proteger a criança, aprovando ou revendo leis que promovam e protejam os seus direitos, como as leis da Família, sobre a Promoção e Protecção dos Direitos da Criança e sobre a Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas, especialmente de Mulheres e Crianças, aprovadas pela Assembleia da República.

Por outro lado, indicou, o órgão legislativo tem interagido com o Executivo, influenciando-o a que as políticas de governação sejam sensíveis a aspectos do género e incluam acções que salvaguardem a defesa e protecção da rapariga.

Verónica Macamo Dlhovo referiu-se igualmente à necessidade do envolvimento dos governos da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) nesta batalha,

sublinhando que eles devem continuar a investir na educação dos jovens, com enfoque nas raparigas, considerando-as mais vulneráveis.

"Ademais, preocupados com a problemática deste fenómeno, subscrevemos a lei-modelo da SADC de prevenção e combate aos casamentos prematuros, uma grande contribuição dos países da região no combate a esta prática", frisou, acrescentando que, internamente, o Parlamento está envolvido em parcerias com o Governo e com as organizações da sociedade civil em acções para melhorar o quadro legal.

A presidente da Assembleia da República enalteceu o contributo dos activistas do Programa Geração BIZ na educação de adolescentes e jovens em matérias relativas à saúde sexual e reprodutiva e equidade do género no país.

Este grupo de jovens moçambicanos tem vindo a contribuir para a elevação da educação da rapariga, reforçando o adágio segundo o qual "educar uma mulher é educar uma geração".